PROJETO DE LEI Nº 32/2025. **SERRANÓPOLIS 25 DE AGOSTO DE 2025.**

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Serranópolis para o exercício de 2026, e dá outras providências".

ZILMAR FERREIRA DA SILVA CARVALHO, Prefeita do Município de Serranópolis, Estado de Goiás, no uso das atribuições que me confere a legislação, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Serranópolis, para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta mantidas pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta, indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

CAPÍTULO II
Seção I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º - A Receita Orçamentária é estimada, na forma dos anexos a esta Lei, em **R$ 87.441.600,00 (oitenta e sete milhões quatrocentos e quarenta e um mil e seiscentos reais),** já considerando 20% das Receitas de Dedução para o FUNDEB, que serão arrecadados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único – As receitas e as despesas estão estimadas segundo os preços vigentes em junho de 2025, valores que poderão ser automaticamente corrigidos antes do início da execução orçamentária, para preços de dezembro de 2025, utilizando, para tanto, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha substituí-lo, no período compreendido entre os meses de junho a novembro de 2025, incluídos os meses extremos do período, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Art. 3º - As receitas realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

Seção II
CONSOLIDAÇÃO GERAL DAS RECEITAS

1 - RECEITAS DO TESOURO (R$)	
1.1– RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	16.620.438,32
Receita de Contribuições	3.942.135,22
Receita Patrimonial	2.690.222,39
Receita de Serviços	2.723,58
Transferências Correntes	66.234.696,74
Outras Receitas Correntes	1.926.197,32
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens	200.000,00
Transferências de Capital	1.131.355,42
Receitas Intra-Orçamentárias	5.362.562,47
Contas Retificadoras Fundeb	-10.668.731,46
(-) Deduções da Receita Corrente	**10.668.731,46**
TOTAL	**87.441.600,00**

CAPÍTULO III
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2026 é de **87.441.600,00 (oitenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e seiscentos reais).**incluindo a relativa ao serviço da dívida pública municipal interna.

Art. 5º - A despesa será realizada segundo as discriminações das funções, órgãos e unidades orçamentárias, de acordo com o seguinte desdobramento:

I – DESPESAS POR FUNÇÃO	
1– DESPESAS COM RECURSOS DO TESOURO	
Legislativa	5.100.000,00
Administração	8.455.260,00 965.260,00
Agricultura	962.000,00
Assistência Social	4.265.574,38 54.811,94
Comércio e Serviços	46.000,00
Comunicações	113.000,00
Cultura	1.839.000,00
Desporto e Lazer	1.153.000,00
Previdência Municipal – Serra Previ	10.367.447,27
Direitos da Cidadania	163.000,00
Educação	8.326.904,86

	13.346.589,89
Encargos Especiais	3.154.000,00
Energia	1.446.044,72
Gestão Ambiental	1.255.978,12
Habitação	275.000,00
Indústria	122.000,00
Previdência Social	1.202.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
Saúde	16.209.982,77
Segurança Pública	102.000,00
Transporte	3.083.546,05
Urbanismo	5.333.200,00
TOTAL DA DESPESA POR FUNÇÃO	**87.441.600,00**

II – DESPESA POR ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
1 – DESPESAS COM RECURSOS DO TESOURO	
PODER LEGISLATIVO	
Câmara Municipal	5.100.000,00
PODER EXECUTIVO	
Gabinete da Prefeita	1.396.000,00
Secretaria Municipal de Administração	5.447.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	913.000,00
Secretaria Municipal do Tesouro	6.070.260,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1.255.978,12
Secretaria Municipal de Comunicação	113.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária	962.000,00
Secretaria Municipal de Industria e Comercio	122.000,00
Secretaria Municipal de Habitação	275.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	16.209.982,77
Secretaria Municipal de Transportes	3.083.546,05
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	5.866.244,72
Secretaria Municipal de Turismo	1.885.000,00
Secretaria Municipal do Desporto e Lazer	1.153.000,00
Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	144.074,38
Reserva de Contingência	100.000,00
Fundo Municipal de Educação – FME	13.346.589,89
Fundação Municipal de Cultura	965.260,00
Fundo Municipal de Assistência Social	4.121.500,00
Previdência Municipal – Serra-Previ	10.367.447,27
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente-	54.811,94
Fundo Municipal de Gestão do Fundeb	8.326.904,86
TOTAL DA DESPESA ÓRGÃO/UNID. ORCAM.	**87.441.600,00**

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º - Em decorrência do disposto no art. 66, da Lei Federal nº 4.320/64, fica a Chefe do Poder Executivo, autorizado, no interesse da Administração, a movimentar, por Órgãos Centrais, dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e a redistribuir parcelas de dotações de pessoal, de uma para outra Unidade Orçamentária.
Parágrafo Único – As redistribuições de recursos de que trata este artigo não serão computadas para efeito do limite fixado no artigo 7º desta Lei.

Art. 7º - A Chefe do Poder Executivo Municipal é autorizada, nos termos do art. 7º e 43º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais de natureza suplementar por decreto até o limite de 70% (setenta por cento) do valor total da despesa fixada para o exercício de 2026, criando, se necessário, elementos e sub elementos de despesa em cada projeto ou atividade.
§ 1º - A autorização de que trata o "caput" deste artigo não onerará o limite nele previsto, quando:

I – destinados a suprir deficiências nas dotações referentes a pessoal, serviço da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

II – destinados a suprir deficiências de dotações relativas a transferências ao Estado e União Federal, nos casos em que a Lei determina a entrega dos recursos de forma automática, utilizando como fontes de recursos aquelas definidas no Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, observados os limites da efetiva arrecadação de caixa do exercício;

III – destinado à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de vinculações constitucionais à Educação e à Saúde, de recursos destinados a convênios e da arrecadação própria dos Fundos legalmente instituídos.

IV – suprir insuficiências nas dotações das funções Educação, Saúde, Assistência Social e Previdência Social;

§ 2º - Utiliza-se como recursos, para atendimento ao "caput" deste artigo, a anulação parcial e/ou total de dotações do próprio orçamento, excesso de arrecadação do exercício ou superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

§ 3º - Os Decretos de abertura de créditos adicionais no exercício de 2026 deverão ter numeração própria.

Art. 8º - Durante a execução orçamentária, a Chefe do Executivo Municipal fica autorizada a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar Operações de Crédito, ainda que por Antecipação de Receita Orçamentária, até o limite previsto na Constituição Federal, para reforço de caixa.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá fazer as adaptações necessárias para o enquadramento do presente orçamento, no PPA e, na LDO, para o exercício de 2026, sempre que houver necessidade de adequação, para atender prioridades do Município, respeitando sempre o estabelecido na L.C. 101/00.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá utilizar o previsto nos artigos 7º e 43º da Lei Federal nº 4.320/64, somente até o montante da despesa fixada no orçamento de 2026.

Art. 11 - O valor previsto no orçamento, como Reserva de Contingência, será utilizado, pelo Poder Executivo, para cobrir as previsões insuficientes das despesas correntes e de capital, sem alteração do seu total.

Art. 12 - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, com base no parágrafo único do art. 8º e o art. 50 da Lei Complementar 101/2000, autorizada a compatibilizar a execução orçamentária da receita prevista e despesa fixada para o exercício de 2026, instituindo, adequando e readequando as fontes de recursos, inclusive as fontes de recursos de superávit financeiro, até os níveis exigidos pelos Órgãos de controle externo da administração pública municipal, no âmbito da Administração Direta, Indireta e Fundos, visando o melhor aproveitamento dos recursos e suas aplicações.

Art. 13 - Nos termos da LDO, o presente orçamento poderá ser atualizado monetariamente no primeiro mês do exercício financeiro, com base no último trimestre e, no primeiro mês de cada trimestre subsequente, sempre com base nos últimos três meses, utilizando-se para tanto o INPC do IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 14 - O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo e entidades privadas, para o desenvolvimento de programas prioritários nas diferentes áreas de sua competência, bem como, conceder ajuda financeira a entidades assistenciais e outras por meio de subvenções, auxílios e contribuições.

§ 1º - Os convênios, subvenções, auxílios e contribuições poderão ser concedidos desde que apresentado Plano de Trabalho, contendo metas objetivas.

§ 2º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como às que não tiverem suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita de Serranópolis, Estado de Goiás, aos 25 dias do mês de agosto de 2025.

ZILMAR FERREIRA DA SILVA CARVALHO
Prefeita